

VIOLÊNCIA POLICIAL

“EM CADA BATALHÃO DA PM TEM UM GRUPO DE EXTERMÍNIO”

Policial civil revela como funcionam os novos esquadrões da morte de São Paulo e denuncia as perseguições que sofrem os agentes que se negam a matar e torturar.



ILUSTRAÇÃO: ALEXANDRE SANTOS

Por Tatiana Merlino

Primeiro, identificam-se os “bilões” de cada batalhão, que, na gíria da Polícia Militar (PM), são os policiais mais violentos. Depois, eles são chamados para integrar os “caixas-dois”, como são conhecidos os grupos de extermínio de cada batalhão. Para o “trabalho”, geralmente usam viaturas da Rota e da Força Tática – ou Forjas Trágicas, como são apelidadas. O caixa-dois é formado por três integrantes, sendo um deles escoltado até um local seguro, onde tira a farda, coloca uma roupa civil e usa uma moto ou um carro para orientar ou executar os assassinatos. Geralmente, atuam em sua área de circunscrição de trabalho.

Quando o serviço acaba, chega uma viatura, encarregada de recolher as cápsulas e pedir para o pessoal do comércio lavar o local. O

importante é adulterar a cena do crime. Em seguida, coloca-se a vítima no carro, e, mesmo que esteja morta, ela é levada ao hospital. Quando necessário, usam o “kit vela” ou “kit flagrante”: uma porção de entorpecente e uma arma fria colocada na mão do cadáver, para justificar o homicídio. Às vezes, também deixam um celular junto à vítima.

“O caixa-dois funciona quando não dá para fritar na resistência [justificar o assassinato como decorrência de suposto confronto com a PM]”, explica um policial civil, que investigou grupos de extermínio formados por policiais militares. “A maior parte deles participa do negócio, mesmo quem não mata. É até uma questão de subordinação hierárquica ao comando.”

Na maioria dos casos de extermínio, seja na capital, litoral ou interior, o *modus operandi* das ações é praticamente o mesmo. Atiradores em carros de cores escuras, vestindo toucas ninja e roupas pretas, e manejando, na maioria das vezes, armas de calibres 9mm, .380 ou .40.

PUNIÇÃO

A regra do batalhão é: o PM se negou a torturar, a matar? Vai para o PAO: Pelotão de Apoio Operacional, espécie de punição dada pelo comando de alguns batalhões da PM paulista a policiais que se negam a participar de ilegalidades e abusos, como torturas, matanças e grupos de extermínio. O castigo consiste em fazer ronda do lado de fora do batalhão, ficar 12 horas de pé,



incomunicável com os outros membros da tropa e sem poder comer, urinar ou evacuar. Os que ou-sarem se solidarizar com os castigados são puni-dos da mesma maneira.

O major de um dos batalhões onde o PAO é aplicado intimida sua tropa batendo no peito e gritando: “Eu sou Highlander, vocês me respei-tem!”. Highlander é um grupo de extermínio cha-mado dessa maneira, porque corta as cabeças e mãos das vítimas. O major incentiva a matança de “ladrões” e dispensa do trabalho quem matar mais. Manda para o PAO quem não quiser entrar para o “caixa-dois”.

Essas graves acusações são feitas pelo poli-cial civil, citado anteriormente, e por um sargen-to da Polícia Militar – ambos não compactuaram com ilegalidades cometidas por membros de suas corporações. O primeiro conversou com a *Caros Amigos* na condição de sigilo de identidade, sob alegação de estar sendo perseguido e ter sofrido ameaças e duas tentativas de homicídio, após ter apresentado relatórios de investigação sobre gru-pos de extermínio.

A denúncia sobre o PAO também foi levada ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana (Conde-pe), que vem sendo procurado por policiais civis e militares que não estão de acordo com torturas, assassinatos e desaparecimentos que vêm acon-tecendo em São Paulo. “Primeiro vieram investi-gadores da polícia civil, depois da PM – soldado, sargento, tenente e até capitão –, e, por fim, de-legados de polícia. Todos deram um quadro que, para nós, é muito grave. São pessoas que ficam na seguinte situação: ‘ou eu entro para a bandi-dagem ou sou punido’”, relata Ivan Seixas, presi-dente da instituição. Segundo ele, tais funcioná-rios públicos estão sofrendo ameaças de morte, de punição e processos administrativos e disciplina-res. As denúncias que o policial passou à reporta-gem da *Caros Amigos* também foram encaminha-das a órgãos públicos fiscalizadores da lei.

HIGIENE SOCIAL

De acordo com o policial civil, os grupos de extermínio funcionam “numa égide de controle e higienização social, para prestigiar o coman-do e o governo, para abaixar índices de crimina-lidade”, explica. “Assim, os vagabundos sabem que, se roubarem naquela determinada cerca-nia, vão para o saco, morrem. Isso provoca um êxodo, o cara migra”. Segundo ele, ao ajudar a baixar as estatísticas de violência nas suas re-giões de trabalho, os policiais recebem prote-ção do comando, sendo favorecidos por melho-res escalas, bicos, armamentos, viaturas e outros equipamentos táticos.

Um dos grupos de extermínio que atuava des-sa maneira, os Highlanders, era formado por poli-ciais da Força Tática do 37º Batalhão, na Zona Sul de São Paulo. Eles atuavam no bairro do Jardim Ângela, matando as vítimas e jogando os corpos decapitados em Itapeperica da Serra, na Gran-de São Paulo. Aproveitando a situação, os poli-ciais dos grupos de extermínio também comete-

riam crimes para matar seus desafetos.

Paralelamente a isso, também matam por en-comenda, “modalidade” de assassinatos chama-da de “firma”. “É quando parte do ideal funcional vai para o ideal capitalista”. Tal modalidade esta-ria, assim, diretamente relacionada com os casos de corrupção. “A corrupção e a mortandade são institucionalizadas”. O policial civil relata, ainda, que existe um acordo entre policiais e criminosos sobre a divisão de caixas eletrônicos. Na firma, também entram disputas por caça-níqueis, lote-rias clandestinas e bingos.

MORTOS ‘EM CONFRONTO’

Segundo dados divulgados pela PM no final de agosto, nos primeiros sete meses deste ano 170 pessoas foram mortas por policiais militares na capital paulista, contra 128 no mesmo período de 2011 – um aumen-to de 32%. Os núme-ros incluem os mortos em confrontos com a PM [as chamadas “re-sistências seguidas de morte”] e vítimas de homicídios cometidos por policias em período de folga. Em todo o estado de São Paulo, o número de mortos por PMs atingiu a marca de 369 pes-soas (redução de 4%). De janeiro a julho, 57 PMs morreram nas mesmas condições.

Nas periferias e região metropolitana de São Paulo, os meses de junho e julho foram marcados por terror, batidas e toques de recolher impos-tos pela PM, execuções sumárias e chacinas com características de grupos de extermínio, que te-riam a participação de policiais militares.

De acordo com balanço trimestral divulgado em 25 de julho pela Secretaria Estadual de Se-gurança Pública de São Paulo (SSP), o número de homicídios dolosos na cidade de São Paulo cresceu 21,8% no primeiro semestre de 2012 em comparação a 2011: 586 homicídios nos primei-ros seis meses deste ano contra 482 no mesmo período do ano passado. Para o policial ouvido pela *Caros Amigos*, esses dados são “maquia-dos”. “Muitas vezes um BO [Boletim de Ocorrên-cia] que seria de tentativa de homicídio é elabo-rado como lesão corporal, encontro de cadáver, morte a esclarecer. Hoje, a maior parte dos ca-sos de resistência seguida de morte são casos de execução. E como são, na maioria, de pobres e negros, ‘foda-se’”.

VINGANÇA E LIMPEZA

Um relatório realizado pelo serviço de inteli-gência do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil de São Paulo in-dica que, entre 2003 e 2010, grupos de extermínio formados por PMs foram responsáveis pelo assas-sinato de 152 pessoas em São Paulo, em 70 ocor-rências. Quase a metade (48%) das vítimas fatais não tinha antecedentes criminais. Já entre os que sobreviveram aos tiros, 82% não têm passagem pela polícia. A maioria dos mortos e feridos são

do sexo masculino (90%).

De acordo com o documento, produzido em 2011, os assassinatos foram motivados por: vin-gança (20%); abuso de autoridade (13%); “limpe-za” (13%); cobranças ligadas ao tráfico (10%), e cobranças ligadas ao jogo (5%). Além disso, 39% das mortes não tiveram motivo aparente.

A investigação indica dois grupos de extermí-nio de PMs, um na Zona Norte e outro na Zona Leste. O primeiro é chamado de “Matadores do 18”, já que os acusados são do 18º Batalhão. Entre as mortes atribuídas a ele está a do coronel José Hermínio Rodrigues, que era comandante da área, em 2008. O PM Pascoal dos Santos Lima, apon-tado como um dos membros do grupo, é acusa-do de 17 mortes.

O relatório aponta o PM Valdez Gonçalves dos Santos, do 21º Batalhão, como o chefe do gru-

“Os grupos começaram a atuar para prestigiar o comando, fazendo um favor de limpar socialmente. Mas não só os ‘noias’”, explica o policial.

po da Zona Leste. Ele é acusado de matar pelo menos 23 pes-soas e ferir outras 17. Mas, de acordo com o relatório obtido pela reportagem, Valdez é

responsável por mais de 50 assassinatos.

“Esses caras se tornam deuses. O Valdez, de-pois de ter sido preso, está na rua. Quem não pa-gava pau para ele, para se solidarizar, paga agora de medo”. Integrante da Força Tática do 21º Bata-lhão, Valdez tem uma tatuagem no braço com o símbolo da morte: uma pessoa vestindo uma capa preta. Valdez foi preso em 2010 pelo assassinato do camelô Roberto Marcel dos Santos – tirado de dentro de casa e morto com dez tiros no dia em que completava 22 anos –, mas foi absolvido em júri popular ocorrido em 2011. O soldado e ou-tros quatro PMs da Força Tática são investigados pela Corregedoria da PM e pelo DHPP. De acordo com as investigações, os assassinatos estão liga-dos a uma disputa de pontos de venda de drogas na Zona Leste de São Paulo.

SANGUE NOS OLHOS

“Os grupos começaram a atuar para prestigiar o comando, fazendo um favor de limpar social-mente. Mas não só os ‘noias’ [usuários de dro-gas]. Se está havendo muito roubo de carro, por exemplo, eles matam os caras”, explica o policial. “Mas o que passou a acontecer depois é que um traficante começou a pagar para o policial matar o seu rival. Os caras iam e matavam o concorren-te dele. Nisso, virou uma ‘firma’”, conta. “E nes-sas tem muito PM batizado no PCC”.

Para atuar nos grupos de extermínio, seja das modalidades “firma” ou “caixa- dois”, os escolhidos para a “linha de frente” são os “bi-lhões”, os considerados mais violentos; “os que mais têm ‘sangue nos olhos’, os que mais ba-tem, mais torturam, com perfil de psicóticos. Eles são detectados e, em vez de serem coloca-dos sob avaliação, ganham respaldo, incentivo. Se o cara já é monstro, vira o quê?”.

Tais policiais teriam o hábito de filmar e



fotografar os cadáveres de suas vítimas e compartilhar entre eles. “É comum abordar um PM e encontrar fotos de um monte de vítimas em seu celular. E ele ganha status com isso. Ao exibir essas fotos, ele é promovido, é favorecido.”. Segundo o policial, as futuras vítimas também são fotografadas – suas imagens ficam no celular dos policiais para que estes as identifiquem caso cruzem com elas. Os PMs chegam, ainda, a compartilhar as imagens na internet, postá-las em blogs e sites.

Os policiais são formados para matar, acredita o policial civil. “Isso é cultural, institucional, vem da formação deles. Além disso, há muito incentivo dentro dos batalhões. Esse papinho de que vai fazer pacto é balela [referindo-se ao anúncio do comando da PM de que pagará gratificação para policial que matar menos]. Não vai mudar nada. Se o cara puder, ele mata mesmo”.

Após os dois meses de aumento da violência policial, o Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo, Roberval Ferreira França, anunciou, em 8 de agosto, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a criação de uma remuneração variável aos policiais que conseguissem reduzir o crime e a letalidade. Outra iniciativa anunciada é a descentralização da Corregedoria e a criação de 12 escritórios regionais na capital, Grande São Paulo e interior. Porém, no dia seguinte, o comandante da PM disse que se confundiu e trocou os conceitos de “letalidade policial” por “integridade policial”, ao explicar o índice que pretende criar.

DE CIMA PARA BAIXO

A dificuldade de combater o problema ocorre, entre outros motivos, por causa da determinação para matar “que, segundo os policiais, vem de cima para baixo. Essas coisas não ocorrem à revelia do comando. Não há interesse em investigação porque há uma política de cima para baixo – não conseguimos saber até que nível chega. Porém, conter as estatísticas de criminalidade interessa a quem?”, questiona Ivan Seixas.

“A cúpula sabe que existe grupo de extermínio”, garante o policial civil. “Eles sabem, mas não querem denunciar. Não é para acabar, pois há interesses pecuniários e políticos. O comando manda fazer, acontecer e foder. Mas, se der merda, o cara fica sozinho.”

Em 2009, durante a posse do coronel Paulo Adriano Lopes Telhada como comandante da Rota, o secretário de Segurança Pública Antônio Ferreira Pinto disse: “É notório que ela [Rota] não estava sendo empregada com toda a sua força [...] Em matéria de segurança pública, o politicamente correto beira a hipocrisia”. Em seu discurso, Ferreira Pinto afirmou também que “agir com rigor no combate ao crime violento não significa incursionar para o abuso, descambar para o mau combate, implantar a barbárie”. Para ele, a Rota “deve voltar ao lugar que ocupava com destaque e eficiência no combate aos criminosos violentos e covardes”. Para o policial civil, essa fala é “uma apologia ao homicídio ou genocídio social. Se

entende que é para matar”.

Para se ter uma ideia da letalidade da polícia paulista, entre 2006 e 2010 o índice de mortos pela PM foi de 5,5 para cada 100 mil habitantes, mais do que o índice nos Estados Unidos. No mesmo período, 2.262 pessoas foram mortas após casos de “resistência seguida de morte”, os supostos confrontos com PMs. Nos EUA, no mesmo intervalo de tempo, conforme dados do FBI, foram 1.963 “homicídios justificados”, o equivalente às resistências seguidas de morte registradas em São Paulo.

ESQUADRÃO DA MORTE

Para o policial, a violência existente na polícia paulista é pior do que a da época do esquadrão da morte da ditadura militar. “Hoje é pior, porque naquela época era bem delimitado: polícia é polícia e bandido é bandido. Hoje, a polícia é bandido, porque ela está conjugada com o crime. Tomou uma desproporção.” Além disso, acredita, “o Esquadrão da Morte nunca acabou de fato. A Escuderie Le Cocq nunca acabou. Pode ter abrandado por um tempo, mas a cultura sempre perdurou”.

A associação criminosa de policiais para executar pessoas tidas como marginais ficou notória no Rio de Janeiro a partir de 1964. A Escuderie Detetive Le Cocq, assim nomeada em homenagem ao assassinado detetive Milton Le Cocq, funcionava como um dos esquadrões da morte da época, e foi bastante ativa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. No fim da década de 1960, um grupo de policiais de São Paulo foi ao Rio para conhecer a experiência. Assim, formou-se o chamado Esquadrão da Morte, responsável por mortes de supostos bandidos. O líder da organização era o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que depois foi utilizado pela ditadura militar para torturar e matar os opositores ao regime.

Os esquadrões da morte deixaram um legado na polícia brasileira durante as décadas seguintes. Um dos seus participantes, Florisvaldo de Oliveira, apelidado de “Cabo Bruno” e acusado de mais de 50 assassinatos na década de 1980 na capital paulista, foi solto em agosto deste ano, após 27 anos de prisão.

Para Ivan Seixas, os grupos de extermínio de hoje e o esquadrão da morte da ditadura “são a mesma coisa, só que com outro nome. Supostamente começa para matar bandidos e vira terrorismo de Estado”.

EM TODO O ESTADO

Em entrevista à imprensa, o major Marcelino Fernandes, representante da Corregedoria da Polícia Militar, nega a existência de grupos de extermínio formados por policiais militares. O policial da Polícia Civil rebate: “É indefensável o governo alegar essas coisas. Se formos ver a Baixada

Para Ivan Seixas, os grupos de extermínio de hoje e o esquadrão da morte da ditadura “são a mesma coisa, só que com outro nome”.

Santista, que tem comando diferente do de São Paulo, mata do mesmo jeito que a capital. E no interior também se mata. Os grupos de extermínio são institucionalizados e regionalizados em cada batalhão, tem em todo o estado de São Paulo. Cada batalhão tem um grupo de extermínio, tem seu ‘caixa-dois’”. E, dentro da corporação, afirma, há vários policiais

que querem denunciar e não conseguem.

Quando entrou para a polícia, o agente tinha um ideal. “Não me via fazendo outra coisa, queria

prestar um serviço social, tinha o tesão da luta do bem contra o mal. Eu queria ajudar”. No entanto, ele acredita que em casos como o do PAO, por exemplo, “muitas vezes o cara acaba cedendo. Se não, ele morre ou sofre bullying funcional. Mas, é claro, tem quem fale não”.

A perseguição aos policiais “rebeldes” ocorre, muitas vezes, no Tribunal Militar, conhecido por sua capacidade de garantir a impunidade: “Hoje, ele estaria sendo usado não só para garantir a impunidade como para punir quem não quer participar do ‘jogo’. Os policiais dizem que quando o processo disciplinar é julgado, muitas vezes o acusador e o julgador são a mesma pessoa”, explica Ivan Seixas, do Condepe.

ARREDONDAR B.O.

Se junto aos PMs a pressão é para participar ou se omitir em relação aos casos de extermínio e corrupção, na polícia civil a pressão é para “arredondar” o Boletim de Ocorrência, explica o policial. Ou seja, tentar deixar o BO mais “redondo”, para, caso se consiga chegar ao culpado, ele esteja o mais “defensável” possível. Entre as formas de se fazer isso, está a manipulação de testemunhas ou sua não intimação.

Além disso, a polícia civil encontra-se desaparelhada e sem capacidade de investigação. “Está engessada, militarizada. A discricionariedade do delegado de polícia está convertida para a politicagem. É raro ver o que aconteceu no caso do publicitário [após o assassinato do publicitário Ricardo Aquino, por policiais militares, em 18 de julho, o delegado responsável disse que houve falha na atuação dos policiais]: o delegado pegar o flagrante. Isso é raro. Geralmente, a PM sitia a situação.”

Na opinião de Ivan Seixas, a polícia civil está sem poder de investigação, porque “há uma ordem verbal, às vezes muito objetiva: se for apontada a existência de crimes envolvendo policiais civis ou militares, a investigação deve ser ‘arredondada’ para não se abrir flanco para denúncias. E aí ficamos com uma polícia que não investiga, uma polícia científica que não tem condições de investigar. Ou seja: ficamos sem investigação”, critica.

Outro fator que favorece a atuação dos grupos de extermínio e enfraquece as investigações dos crimes cometidos por PM é a militarização das subprefeituras de São Paulo. Hoje, 30 dos 31 subprefeitos de São Paulo são coronéis da reserva



da PM, sendo que todos eles foram indicados pelo ex-comandante da corporação Álvaro Camilo. A militarização das subprefeituras teve início em 2008, na segunda gestão de Gilberto Kassab, com a indicação do coronel Rubens Casado para a subprefeitura da Mooca. A PM ainda está presente em órgãos como serviço funerário, ambulatório e defesa civil. “É um absurdo essa municipalização da PM. Acho que isso aumenta o prestígio e o apoio à violência. Prestigia a segurança e medidas extremadas dos grupos de extermínio”, aponta o policial.

O atual subprefeito da Penha, coronel Eduardo Félix de Oliveira é apontado como protetor do soldado Rodolfo da Silva Vieira, acusado de integrar o grupo de término “Os Highlanders”. Oliveira é amigo do pai do soldado, o capitão Paulo Roberto da Silva Vieira.

PERSEGUIÇÃO

Apesar das dificuldades, há vários casos de policiais que se negaram a participar de esquemas de matança e corrupção. Um deles é o soldado Júlio César Lima dos Nascimento, do 42º Batalhão da PM, em Osasco, assassinado em 4 de setembro de 2011, com 18 tiros, em frente a sua casa, quando estava de folga e lavava o carro na rua. Segundo testemunhas, os assassinos estavam dentro de um carro quando passaram atirando. Um deles, antes de atirar, teria dito: “Isso é para você!”.

Um mês antes de morrer, o soldado havia procurado o Condepe e a polícia afirmando estar sendo perseguido por seus superiores dentro do quartel onde trabalhava e que respondia a procedimentos internos. Após as denúncias, o policial prometeu voltar para apresentar os nomes daqueles que o ameaçavam e as provas criminais contra eles, porém não teve tempo.

Na denúncia que fez à polícia civil, consta: “O declarante acrescenta que seus problemas na polícia militar começaram a partir do dia 14/12/2006, ocasião em que após ter saído de serviço da 3ª Cia do 36º BPMM, já de folga e à paisana, presenciou o desdobramento de uma ocorrência de roubo e receptação de carga de frios e de carne, sendo que um dos presos em flagrante delito era um policial militar também da 3ª Cia do 36º BPMM. O declarante esclarece que, por ocasião dos fatos, o Tenente Coronel Henrique Dias era o Comandante do 36º BPMM”.

PROCESSOS DISCIPLINARES

De acordo com sua advogada, Sandra Paulino, após a apreensão da carga roubada, Nascimento foi reprimido dentro da delegacia. “Ele ouviu de um delegado o seguinte: ‘Você fez muito mal, isso não se faz’. Mas a conduta dele foi correta”, afirma Sandra. Desde então, Nascimento passou a ser perseguido, com processos disciplina-

res. Foi transferido, dois anos depois, para o 42º Batalhão da PM, em Osasco. “Lá ele estava bem, até que o Henrique Dias foi transferido para lá. Aí começaram a abrir os procedimentos disciplinares, coisas bobas: que ele tinha quebrado a bandeja de uma impressora, que atendeu mal uma pessoa...”, aponta Sandra Paulino.

Após as denúncias, foi instaurado um inquérito policial, em que o coronel Henrique Dias consta como “averiguado” e o soldado Nascimento como vítima. “Ele foi depor e um mês depois foi assassinado”. Sandra conta que também sofreu inúmeras ameaças, tendo ficado, inclusive, sob proteção do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal.

O caso está sendo investigado na delegacia de homicídios de Cotia, mas Sandra reclama do fato de não terem permitido que ela tivesse acesso à investigação. Desde então, ela vem denunciando o assassinato do soldado Nascimento e pede que a investigação seja federalizada. ■

Tatiana Merlino é jornalista.
tatianamerlino@terra.com.br

*Procurada para comentar a existência de grupos de extermínio dentro da PM e as demais denúncias contidas nesta matéria, a corporação não se manifestou até fechamento desta edição.

PROJETO REPÓRTER DO FUTURO

PARA QUEM QUER CHEGAR LÁ COMO JORNALISTA DE VERDADE

cursos modulados de complementação universitária +
conferências de imprensa / entrevistas coletivas
viagens de estudos e reportagens + concursos de pautas +
ciclos de cinema + site-laboratório + intercâmbios
cobertura dos congressos da Abraji - Associação Brasileira
de Jornalismo Investigativo + círculos de leitura
rodas de conversa + bastidores com os vencedores
dos principais prêmios jornalísticos

Centro de Imprensa / Redação - Escola da OBORÉ Comunicações e Artes
Rua Rego Freitas, 454 • 8º andar • Vila Buarque • São Paulo • Capital • 01220-010
reporterdofuturo@obore.com • www.reporterdofuturo.com.br